



Discurso de posse do conselheiro Dirceu Rodolfo como vice-presidente do TCE

Há 30 anos o músico e poeta Agenor de Miranda Araújo Neto (o Cazuzza), em um de seus rompantes de genialidade criativa, deu voz e vida a um manobrista que estacionava carros do lado de fora de uma festa “pequeno-burguesa”, enquanto perguntava ao Brasil qual era o seu negócio, qual o nome dos seus sócios e quem financiava o abandono e a inófia na qual vivia a maioria esmagadora de seus filhos. A resposta foi dada pelo próprio Estado brasileiro quase três décadas após, e o fez por meio de agências de *accountability* horizontal que atuaram e atuam em rede, notadamente, o Judiciário, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Diversas operações devassaram biombos de aço, deixando às escâncaras o fato de o Brasil não ter sócios ou negócios, em verdade a Pátria-amada foi mostrada vítima de uma sofisticada engrenagem de agiotagem praticada por grandes grupos econômicos, uma farra

extorciva viabilizada, adrede, por agentes públicos infiéis e em pleno exercício de poderes “*ultra vires*”, histriônicos em seus discursos de transformação e a serviço da autopreservação e da máxima do Tancredi de Lampedusa: “Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”. A corrupção foi mostrada em praça pública com todos os seus refinados contornos tecnológicos, com desdobramentos que espantam pela criatividade e adornada por cenas explícitas de cinismo e perversão, envergonhando a classe política que conta com homens e mulheres honradas, ciosos de seus deveres cívicos.

No chão, humilhada, a cidadania finalmente compreendia o seu profundo alijamento do processo decisório, bem como a sua “inimputabilidade sensorial” para eleger ou destituir heróis, para condenar ou indultar bandidos.

Nossa atual perplexidade tem a largueza e a profundidade da desesperança de um Neruda no poente de seu estro, quando lança uma poética de advertência, uma outra espécie de carta chilena endereçada aos filhos de sua

pátria delgada, mas que é canto geral e atual, ajustado a qualquer recanto de sua também amada América Latina:

*“Já desapareceram os cavalos
Os heróis vão vestidos de batráqueos,
Os espelhos vivem vazios
porque a festa é sempre em outra parte,
onde já não somos convidados
e há briga nas portas!!*

Enfim, os elementos conceituais construídos por Guillermo O’Donnell mostraram-se fortes e alinhados no recente caso brasileiro: agências estatais trabalhando em rede; devidamente capacitadas e autorizadas a controlar e sancionar; e, principalmente, dispostas a fazer valer as suas competências republicanas.

Em suma, hoje, de tudo, podemos inferir conclusões importantes: a primeira é alentadora. Como disse, no Estado brasileiro estão presentes as elementares de O’Donnell, temos instituições de *accountability* horizontal

fortes, atuando em rede e ciosas de cumprir fielmente os seus deveres institucionais; a segunda é aterradora. Ficou exposta uma fratura nas bases de sustentação das funções de *accountability* vertical em nosso País, ou seja, os nossos modelos político-partidário e político-eleitoral tornaram-se incapazes de revelar as reais preferências dos eleitores, na medida em que se quedaram inidôneos para viabilizar eleições livres, justas, competitivas, amplamente acessíveis e harmonizadas com as demandas de uma poliarquia desejável, ou seja, uma poliarquia real. Foi denunciada, finalmente, uma espécie de coreografia eleitoral “que inscreveu a palavra democracia no imaginário dos eleitores” (Jorge Coelho Soares e Blanca Nuños).

Respeitante à segunda inferência, a resposta do Congresso Nacional para tamanho desarranjo foi, uma vez mais, a repetição do mantra do Tancredi de Lampedusa: Criou-se um fundo sem fundo, desmesurado, megalomaníaco e que drenará recursos já escassos para custear o jogo político-eleitoral. Reconheço que democracia tem preço – sou inclusive entusiasta do financiamento público de campanhas -, entendo que os processos político-

partidária e político-eleitoral são necessidades inarredáveis, entretantes precisam de sérios reparos, de novos contornos. Falo de modicidade, de isonomia e de real representatividade.

Finalmente, o que é mesmo que os Tribunais de Contas têm a ver com a corrupção?

Nos últimos dias, diversos meios de comunicação pernambucanos divulgaram uma resposta corajosa e com o devido argumento de autoridade para a indagação de essência. Quero referir-me às várias entrevistas concedidas pelo Conselheiro Marcos Loreto, nas quais se apresentou numa atitude afirmativa e comprometida, plenamente afinada com o quê Sua Excelência acredita e com o peso que a sua avantajada compleição ética pode suportar. Asseverou que, “na sua gestão, o TCE priorizará o combate à corrupção.” Não se trata de uma frase de efeito, ou de um devaneio onírico de cariz abstrato. O Conselheiro Marcos Loreto não é dado a otimismo ingênuos com desaguadouro no reino da passividade.

Quero ressaltar o pioneirismo de sua postura, algo com a grandeza capaz de colocar as coisas nos seus devidos gonzos.

Em diversas conversas, a despeito de um certo conservadorismo existente em uma parcela significativa de membros das Cortes de Contas brasileiras, Sua Excelência sempre externou a sua incompreensão com o descarte da corrupção do conjunto de preocupações capitais das Instituições Superiores de Controle Externo. Nunca aceitou o fato de uma instituição que fiscaliza a correta aplicação dos dinheiros, bens e valores públicos quedar-se apático diante de um fenômeno que constitui um dos grandes sumidouros dos recursos públicos, e que tem uma estreita relação de causa e efeito com a inefetividade de políticas públicas inadiáveis.

Embora reconheça que o nosso Tribunal é uma instituição de ponta entre as congêneres, o seu espírito crítico e observador de Loreto nunca transigiu com a ingenuidade de “jovens muito apaixonados que dançam juntos, cegos aos defeitos recíprocos, surdos às advertências do destino, iludidos de que o caminho da vida será liso

como o pavimento do salão, atores ignaros que um diretor faz recitar o papel de Julieta e Romeu ocultando-lhes a cripta e o veneno, já previstos no roteiro” conforme descrição de Lampedusa. Em verdade a excelência do TCE/PE tem de ser confirmada em cada ponto de sua trajetória, estando certo o Conselheiro Marcos Loreto, em lançar este desafio à sua gestão, até por compreender que é isso que a cidadania engajada e as organizações da sociedade civil esperam dos Tribunais de Contas (que estejam verdadeiramente atuando em rede – a partir de sua vocação e competência – no combate intransigente à corrupção).

A linha de atuação traçada por nosso presidente eleito é digna da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch – Escola de Frankfurt -, uma vez que é dotada de uma consciência antecipatória que critica o passado e traça adjetivações para o futuro. Se o TCE/PE não tem uma cultura institucional adequada à atuação no combate à corrupção, isso não pode ser fator determinante para olvidar-se solenemente o que se espera dele. A visão de Loreto, como propõe o pensamento de Bloch, entrelaça utopia e esperança, sendo certo que no

caso não se cogita de uma utopia como um sonho quimérico irrealizável, mas como uma “esperança de futuro”.

Com efeito, falamos da esperança de testemunharmos um tribunal em dia com os anseios da população, a utopia que equivale à esperança é a capacidade de sonhar, criar e dar forma e movimento ao que a realidade ainda não conhece. A cultura institucional é algo em constante modificação, conforme o pensamento de Sua Excelência. Ademais, a Filosofia da esperança é positivamente iconoclasta, para ela, como para Loreto, “uma razão instrumental – como é o caso da preexistência de uma cultura institucional – não pode determinar que a realidade em curso é a única possibilidade de existir. Razão e esperança inteligente hão de nos conduzir à certeza da possibilidade de nos encaminharmos na direção de um tempo que AINDA-NÃO-CHEGOU-A-SER.

Todas as oportunidades em que conversei com o Conselheiro-Presidente eleito, ele fez algumas advertências importantes:

1) O combate à corrupção é algo que acontece, principalmente, num ambiente de parceria com outras instituições, sendo certo, como eu disse em outro momento, que as parcerias são viagens sem volta ao mesmo ponto, da qual sempre retornamos fora do aparente recinto competencial que apenas tem um látego de ar vertical sobre os nossos rostos (paráfrase de um poema e Ricardo Basoalto);

2) O combate à corrupção não é vexilo que possa ser levantado com leviandade – ao gosto dos sicários - , bem como devemos nos precatar para não cairmos na árida seara da *accountability overload*, normalmente ocasionando a inibição precoce de iniciativas inovadoras na gestão pública (um caminho de índole abortiva portanto desejável).

3) A tônica no combate à corrupção, algo que é pertinente ao controle de conformidade (*compliance control*), não arredará o controle de performance (*performance audits*), sendo salutar que a população

conheça os Tribunais de Contas por outro viés, investidos das missões de tutores da gestão e indutores das boas práticas administrativas, um trabalho de natureza profilática e efeito transformador. Incomoda o fato de sempre se esperar de nós a punição, obnubilando-se a nossa atuação na busca diuturna da gestão eficiente, eficaz e efetiva.

Em princípio, interessa ao Tribunal de Contas minimizar os erros, aprimorar a gestão pública e apontar soluções indenas a punições, muito embora muitos só compreendam a nossa atuação a partir do viés sancionatório, dentro de uma lógica maniqueísta clássica, muito parecido com o pensamento de João Pedroso, personagem do Lagarto de João Ubaldo:

“Para o pecado de Satanás, não pode haver misericórdia, porque é impossível redimir aquele que peca por si mesmo, pela própria degradação espiritual. O pecado de Satanás é diferente do pecado de Adão. Para o pecado de Adão, haverá misericórdia, porque ele foi enganado pela Tentação, pela Inimigo... Para o pecado de Satanás, não pode

haver misericórdia, é uma impossibilidade lógica... Se não houvesse a possibilidade de pecar e obrar o Mal, obrar o Bem não teria sentido, é claro, é mais do que claro;

4) A nossa atuação não pode olvidar a necessária autocrítica, o desejo de criação do controle do controlador, a observância dos marcos de medição exarados pela ATRICON. Enfim, precisamos contemplar e vivenciar o clima primaveril do qual nos fala Valdecir Pascoal, liderança nacional que conduziu, junto com outros abnegados colegas, a ATRICON para longe das frivolidades e rumo ao lugar que deve ocupar por vocação por necessidade.

E quem é o Conselheiro Marcos Loreto?

Nosso Conselheiro-Presidente, um querido amigo, é uma pessoa forjada dentro de uma ambiência familiar plena de bons exemplos, edificada por verdade e comprometimento com o que realmente é grandioso: os princípios. Neste sentido, produziu-se um excelente filho,

pai, amigo, marido, enfim, um homem completo de sua essência. Neste ponto, quero fazer referência expressa a seus pais Sílvio e Liana; seus filhos Heitor e Beatriz; e sua esposa e companheira Paula.

Marcos, como disse amigos próximos, é pautado por muitas referências de escol, a começar dos pais, ambos de conduta ético-moral indelével e princípios inafastáveis. Marquinhos cresceu ouvindo o seu pai, o professor universitário Sílvio Loreto, afirmar que ser um homem de sucesso é exercer o ofício por inclinação vocacional. Sempre procurou haurir as virtudes, dos tios, dos grandes amigos, das ilustres personalidades.

É um homem que acredita no princípio da justiça como verdadeiro axioma. Para além disso, tem a coragem e o tirocínio suficientes para nunca se afastar do mesmo, pouco importando quão embaraçosa possa parecer-lhe a situação concreta a ser enfrentada.

Bacharel em Direito pela UFPE, ocupou diversos cargos no Executivo e Legislativo, já tendo dirigido todos os órgãos superiores do TCE/PE. Enquanto esteve na

política, seu maior interesse sempre foi servir, aconselhar e viabilizar a construção de soluções nas crises.

Poderia ter ocupado diversos cargos eletivos, para tanto não lhe faltava linhagem – de um lado o Loreto de Sérgio, de outro o Coelho de Germano; sempre gozou da confiança e prestígio entre os seus, bem como de solene respeito entre circunstanciais adversários; enquanto militou na política, sempre teve lado; é um homem de palavra, maduro e com a capacidade emocional para resolver suas questões com o uso de máxima dignidade.

Apesar dos predicados ideias, ocorre que o seu projeto de vida sempre foi o coletivo, porquanto sempre soube que para isso tinha de se manter com o ego adormecido, tocando um requintado piano de coxia, fazendo soar melífluas e complexas notas bossa-novistas sem as quais os artistas não poderiam fazer bem fluir e brilhar a arte.

Ao ser nomeado para o cargo de Conselheiro, coisa que na vida sempre foi e jamais deixará de o ser, deparou-se com um protagonismo até então inesperado e nada perseguido. Chegou ao TCE soletrando o chão, escutando os pingos de seu silêncio interior – como escreveu Mia

Couto - , mostrou-se de forma absolutamente despojada, o que me fez lembrar de uma marcante passagem de “Os Belos e Malditos” de F. Scott Fitzgerald:

“A intimidade cresce assim. Primeiro a gente revela nosso retrato retocado, o belo produto remendado à base de blefes, falsidades e humor. Em seguida requer-se mais detalhes e a gente pinta um segundo retrato, e um terceiro – não demora muito para as melhores linhas se anularem – e o segredo ser finalmente exposto; os planos dos retratos se misturam e nos traem e, a despeito de pintarmos e repintarmos, não conseguimos mais vender uma imagem. Precisamos nos satisfazer com a esperança de que as versões tolas que passamos... sejam aceitas como verdade.

O nosso Loreto apresentou-me, como a diversas outras pessoas, um quadro em preto e branco numa moldura muito singela, desprovido de retoques e poses ensaiadas. Após

cada dia de nossa feliz convivência, venho acrescentando cores vivazes ao quadro, retocando os seus contornos e revelando sublimes qualidades que a sua discrição não nos deixa entrever de plano.

Nada obstante as suas conhecidas e reconhecidas discrição e simplicidade, é seguro e firme ao decidir, muito embora, sempre buscando a solução mais humana para a questão e acreditando, em princípio, na boa-fé das pessoas. Nesse sentido foi, em muitos momentos, o meu Conselheiro durante os trabalhos desenvolvidos na Segunda Câmara deste sodalício.

Como julgador, tem o dom de buscar as razões mais nobres dos jurisdicionados, sempre que são desperdiçadas em meio às letras e números lançados em autos processuais que, eventualmente, perdem o necessário contato com a verdade material. Julga sem emoção, julga com bom senso, julga com os seus princípios, julga sem saber quais são os pontos cardeais, julga com a beleza do poema de Rilke:

“ Nada é pequeno para mim: gosto de tudo e tudo eu pinto sobre ouro com grandeza e bem

alto o levanto - sem saber de quem vai a alma libertar.”

O Presidente Marcos Loreto recebe das mãos do Conselheiro Carlos Porto e de sua equipe, um tribunal hígido, eficiente, com as contas equilibradas, com uma gestão patrimonial exemplar e concurso realizado. Enfim, uma vez mais o nosso decano comprovou a sua já multitestada competência e a sua firmeza já consabidas, principalmente diante das dificuldades enfrentadas no último biênio.

O presidente que hoje toma posse, conforme já ocorrera em outra ocasião, certamente fará mais uma gestão proficiente, inovadora, com a marca do diálogo, com a chancela da lealdade e com a sua reconhecida assertividade benfazeja.

Ao meu dileto amigo Marcos, desejo com máxima lhaneza d´alma, que o Grande Cuidado o proteja em todos os caminhos que você palmilhar na condução dos trabalhos desta Casa.